

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

Esta vertente da globalização é a versão mais recente da dominação que a Europa, desde há cinco séculos, a América do Norte, desde há dois séculos, e o Japão e a China, desde há décadas, exercem sobre o resto do mundo. As versões anteriores foram o colonialismo e o imperialismo.

Os grupos sociais penalizados ou excluídos por este tipo de globalização começam hoje a organizar-se também de forma global. São um vasto conjunto de redes transnacionais, articulando iniciativas, organizações e movimentos (de operários, camponeses, povos indígenas e afrodescendentes, mulheres, ecologistas, cooperativistas, defensores de direitos humanos, etc.), que, em diferentes países, lutam contra as exclusões económicas, sociais, políticas e culturais causadas pela globalização. Constituem uma globalização alternativa ou contra-hegemónica, de que a expressão mais conseguida ao longo da última década foi o Fórum Social Mundial. A dimensão profunda da crise portuguesa e europeia constitui um momento privilegiado para repensarmos as potencialidades da globalização contra-hegemónica, mediante um novo pacto socionatural ou socioecológico, imune ao feiticismo do crescimento sem limites, no horizonte de outro modelo civilizacional onde a humanidade se sinta toda ela em casa e a saiba partilhar com a natureza.

Boaventura de Sousa Santos

Grécia

Antigo “berço da democracia” e espaço matricial da identidade europeia como lugar ao mesmo tempo integrador e excludente de povos, crenças e culturas, a Grécia é parte de um passado amplamente partilhado. Nas atuais circunstâncias, é também um indicador de futuro para os países e as populações que mais carregam o peso da crise económica e política. O mundo da finança quis fazer dela um exemplo e, na tentativa de punir o Estado da zona euro que lhe parecia mais frágil, empurrou-a para uma situação dramática, mas transformou-a também no território onde começa a definir-se a alternativa. A Grécia encontra-se pois no centro da tormenta, mas também na vanguarda do combate contra a ditadura financista que está a destruir o Estado social, a ameaçar a sobrevivência de milhões de pessoas, a propagar o desespero, o medo e a guerra de todos contra todos. Nas ruas e praças, como nos espaços de informação, organização e debate, ao lado da cólera emocional desencadeada na tentativa de destruir os símbolos imediatos da

opressão, desenvolve-se uma ira lúcida: a dos que resistem a deixar-se espoliar em benefício da lógica implacável dos especuladores.

Perante o descrédito dos partidos institucionais que têm dominado a democracia parlamentar instalada no país após a queda em 1975 do “regime dos coronéis”, associada a um clientelismo endêmico e a uma corrupção num grau extremo, sucedem-se as assembleias de democracia direta, as formas de desobediência civil, as primeiras experiências de autogestão, preludiando um sistema possível que, em nome do humano, rejeita a tirania dos mercados.

Ao mesmo tempo, a situação promove um cenário mais vasto, capaz de enquadrar novas possibilidades: o verdadeiro desafio não é já a preservação da identidade de um Estado mas, sim, a da Europa. Se todos os olhares se voltam para Atenas, para escapar à crise é necessário escolher a Europa que se quer reerguer. Nas ruas helénicas, como nas dos Estados que serão o cenário imediato da perda de soberania, tem lugar um combate pela construção de uma alternativa justa e democrática. A mais recente tragédia grega não passa pela derrocada da democracia como conceito, mas pela épica da sua refundação.

Rui Bebianio

Greve

A história da humanidade é pródiga em revoltas, motins e sublevações populares que exprimiam a desafeição dos despojados face à desigualdade e injustiça. As mais remotas poderão ser rastreadas até à revolta de Spartacus, na Roma Antiga; ou de artífices, no reinado do Faraó Ramsés III, cerca de 1200 a.C. A greve é, no entanto, genuinamente moderna, produto da emergência do modo de produção capitalista, em que a criação das condições de acumulação de capital estabeleceu a relação antagónica – capital/trabalho.

A palavra remonta a uma fonte Celta, *gravo*, origem do vocábulo francês *grève*, com o significado inicial de «terreno de cascalho à margem do mar/rio». Daí o topónimo *Place de Grève*, localizada numa das margens parisienses do Rio Sena, outrora lugar de (des)embarque de navios e, depois, praça de jorna e local de reunião de operários insatisfeitos. A Praça mudou de nome (1806), mas a palavra subsistiu no léxico com o significado de «estar de braços cruzados, parado, sem trabalhar». O termo inglês “*strike*” é contemporâneo deste e surge quando marinheiros, em apoio a manifestações ocorridas em Londres, removeram (“*struck*”) as velas dos navios aportados, impedindo-os de navegar (1768).